

A IMPORTÂNCIA DO CELPE-BRAS COMO MECANISMO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA BRASILEIRA

THE IMPORTANCE OF CELPE-BRAS AS A BRAZILIAN LINGUISTIC POLICY MECHANISM

Valdimiro da Rocha Neto¹

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo ressaltar a importância do CELPE-Bras como mecanismo de política linguística brasileira, visando enfatizar a necessidade de avanços das políticas existentes e proposições de outras que possam fomentar a ascensão do português brasileiros para além das linhas limítrofes do território nacional a partir de um (re)pensar das políticas linguísticas implementadas no Brasil. Considerando como ponto de partida a existência CELPE-Bras e a política linguística existentes no Brasil. Para tanto, buscou-se discutir o contexto em que o CELPE-Bras está situado, a visão do ser brasileiro exposta ao candidato ao exame e verificar as políticas linguísticas existentes para disseminação do português brasileiro. Assim, a relevância desta pesquisa se dá primeiramente por ser uma discussão válida e necessária no meio acadêmico e científico e, segundo, por enfatizar aspectos relativos à brasilidade apresentadas no próprio corpo do exame a fim de desmistificar o Brasil apenas do futebol, do carnaval ou do indígena para apresentar um Brasil de culturas múltiplas e variações linguísticas diversas e tão bem perceptíveis no CELPE-Bras.

Palavras-chave: CELPE-Bras. Política Linguística. Linguística Brasileira.

ABSTRACT

This research aims to highlight the importance of CELPE-Bras as a Brazilian language policy mechanism, aiming to emphasize the need for advances in existing policies and other propositions that can encourage the rise of Brazilian Portuguese beyond the borderlines of the national territory from of a (re)thinking of language policies implemented in Brazil. Considering as a

¹ <https://orcid.org/0000-0001-9529-2744>.

starting point the existence of CELPE-Bras and the linguistic policy existing in Brazil. Therefore, we sought to discuss the context in which CELPE-Bras is located, the view of being Brazilian exposed to the candidate for the exam and verify the existing language policies for the dissemination of Brazilian Portuguese. Thus, the relevance of this research is given firstly because it is a valid and necessary discussion in the academic and scientific environment and, secondly, because it emphasizes aspects related to the Brazilianness presented in the body of the exam in order to demystify Brazil only from football, carnival or from the indigenous to present a Brazil of multiple cultures and diverse linguistic variations, so well perceptible in CELPE-Bras.

Keywords: CELPE-Bras. Language Policy. Brazilian Linguistics.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a reflexão acerca de uma política linguística se depara com o paradoxo do otimismo de pesquisas que apontam o crescimento histórico da expansão do Português Brasileiros em ambientes fora do País, em ensinos regulares e os questionamentos diversos que nos remetem às barreiras que ainda impedem as escolas de se abrirem às diferenças.

Num país marcado pela exclusão de negros, de mulheres, de índios, de pobres, podem-se dimensionar as dificuldades de inclusão das pessoas neste idioma nas redes regulares de ensino. Portanto, faz-se necessário repensar o modo de funcionamento escolar sob a lógica da inclusão.

O Certificado de Proficiência em Português para Estrangeiros é um teste padronizado desenvolvido pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC) que é concedido aos estrangeiros com desempenho satisfatório em português do Brasil, como segunda língua.

A importância desta pesquisa se dá, pelo grande número de pessoas que buscam realizar o CELPE-Bras anualmente e por configurar um

importante campo de pesquisa do Português Língua Não Materna - PLNM². Podendo, inclusive, levar a uma reflexão pertinente sobre o ensino de PLNM nos estados/cidades de aplicação do exame. Dando particular ênfase à análise de exames já aplicados a fim de que se perceba como a brasilidade se apresenta em tais avaliações, pois é interessante que se desmitifique que o Brasil é apenas a terra do carnaval, do samba ou da feijoada. E, por fim, apontar na pesquisa que existem outros Brasis a serem conhecidos cultural e linguisticamente.

Sendo assim, o trabalho se mostra relevante por, academicamente, mostrar um campo recente e promissor de investigação na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, mais especificamente, no Pará, dando espaço para outras produções e investigações acadêmicas na área, a fim de que se possa ampliar a ótica sobre a representação da brasilidade no CELPE-Bras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Linguística tem assumido um papel relevante no cenário científico, além de tornar-se campo dos estudos da linguagem, desenvolvendo teorias sobre suas aplicações no cotidiano a fim de buscar meios para compreender a própria linguagem em uso social. Desta forma, se tem espaço para um campo de conhecimento que busca identificar, investigar soluções para problemas relacionados com a linguagem no cotidiano das pessoas.

Esta mesma Linguística enquanto ciência, busca expor conceitos e aprofundando nossos conhecimentos acerca da disciplina para que conseguir visualizar a Linguística antes, durante e depois de Ferdinand de Saussure – Linguista que representa um marco nos estudos sobre linguagem.

Também se debate o conceito de Linguística Aplicada (LA) e sua relação com os estudos da linguagem, buscando desmistificar e desfazer a confusão que parte de estudantes e curiosos dos estudos linguísticos fazem ao equiparar Linguística e Linguística Aplicada, o que propicia a criação de uma

² Conceito bastante abrangente que inclui diferentes tipos de aquisição, aprendizagem e de domínio da Língua Portuguesa.

mescla de conceitos errôneos e os impossibilitando de diferenciar uma da outra.

À medida que se discorre sobre o tema, é necessário debater sobre a gênese da Linguística Aplicada no Brasil, como se iniciou e se há uma LA brasileira que de conta das múltiplas formas da linguagem em nosso país, já que é muito amplo e com aspectos linguísticos diversos.

Outro ponto que se fez necessário foi problematizar a Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – CELPE-Bras. Passando por sua origem, habilidades, recurso de auxílio educacional para estrangeiros e processo avaliativo. Em seguida, discorre-se sobre os centros de língua portuguesa brasileira existente no Brasil e no exterior.

Dentro de uma justificativa fundamentada, um dos conceitos centrais aqui é a integração. Anthias et al. (2013, p. 2) apontou que a integração linguística tem sido usado no discurso político, e é um dos conceitos cruciais nos estudos de migração.

No início, centra-se nas “formas como os migrantes se adaptam aos seus novos contextos”, afirma Anthias et al. (2013). Os autores trazem à tona as ideias contraditórias sobre integração; eles argumentam que:

A integração pode ser usada tanto como instrumento de poder quanto de dominação sobre os migrantes, mas também inclui preocupações com a inclusão social. É aparição atual, está ligada a um discurso de securitização e a gestão de populações, em particular aquelas cujas diferenças são consideradas perturbadoras e ameaçadoras com base na etnia, fê ou origem nacional. (p. 2)

Discutir políticas de integração amplia a visão simplista de apenas uma relação entre migrantes e o país anfitrião. De acordo com as palavras acima mencionadas, o processo de integração também demonstra práticas de exclusão e inclusão de acordo com o que pode ser considerado uma ameaça.

Lucassen (2005, p. 20) afirma que esse processo não é uniforme e unitário, acrescentando que é “sempre estruturada tanto por classe quanto por gênero, fator que deve, portanto, ser elementos estruturais da análise”.

Em consonância com Lucassen, outros aspectos sociais e identitários devem ser analisados quando discutindo a integração. Com base nesse escopo, Anthias et al. (2013, p. 4) afirmam que o gênero faz parte a discussão

de experiências, padrões e posições de migração; eles acrescentam, “processos de gênero se relacionam com outras hierarquias que produzem relações de poder desiguais”.

Portanto, a abordagem interseccional lança luz sobre gênero e outras relações sociais. Anthias et al., (2013, p. 2) que “os processos de gênero não podem ser entendidos independentemente de classe, raça, status migrante, sexualidade e geração com a qual se cruzam”. Aqui, no que diz respeito à integração, a lente interseccional destaca, por exemplo, a discussão sobre padrões de migração e acesso ao mercado de trabalho. Considerando não só o migrante, mas também os membros da sociedade, como sugerido por Anthias et al. (2013, p. 9), “atender aos cruzamentos ajuda a superar a guetização de migrantes, imposta a eles através dos atuais debates de integração, vezes cimentando a exclusão social”.

De acordo com a abordagem teórica linguística adotada nesta tese, a linguagem é vista como não um conceito neutro; antes, a linguagem representa um lugar onde a política intercede e onde ela se materializa. As injustiças políticas que ocorrem em uma sociedade em diversos momentos, a linguagem é um espaço de lutas constantes, como afirma o linguista Rajagopalan (2003, p. 125).

Seguindo essa ideia, Rajagopalan (2003, p. 127) acrescenta que operar com a linguagem também é uma ação que intervém na realidade social; portanto, é uma “prática social”. Abordando a linguagem como uma prática é uma posicionalidade assumida pelo ponto de vista teórico linguístico crítico. A linguagem é um esforço acentuado pela posição sócio-histórica e pelas formações ideológicas. Portanto, discutir o conhecimento linguístico é um exercício para examinar as implicações. Através das lentes da linguística crítica, ensinar e aprender uma língua é considerada uma prática social.

Em seu livro “Linguística Aplicada Crítica: uma introdução crítica”, o linguista Pennycook (2001) delinea os principais aspectos da **CALx**, reconhecendo a influência da Teoria Crítica e de teóricos da Escola de Frankfurt; além disso, o linguista aponta a importância de reconhecer o conhecimento de fundo produzido pelo marxismo e pelo neomarxismo.

Pennycook afirma que “o trabalho crítico nesse sentido tem que se envolver com questões de desigualdade, injustiça, certos e errados”, seguindo com o argumento de que “crítico significa tirar a desigualdade social e a transformação social como central para o trabalho” (p.6).

A abordagem crítica sugere questionando conceitos que são vistos como fixos e estabelecidos.

2.1 O CELPE-BRAS

Pode-se dizer que o CELPE-Bras, como conhecemos hoje, iniciou de forma sutil com a publicação, em 07 de junho de 1993, a portaria de nº 100, pela Secretaria de Educação Superior – SESU, onde em seu Art. 12 determinava:

Constituir Comissão composta pelos professores LUIZ CASSEMIRO DOS SANTOS, Chefe de Gabinete da SESu; RAIMUNDO HÉLIO LEITE, Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior da SESu; MAURICIO DE PINHO GAMA, Coordenador Geral de Apoio Estratégico da SESu; MARGARETE SCHLATTER, do departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; JOSÉ CARLOS PAES DE ALMEIDA FILHO, do Departamento de Linguística Aplicada, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas e MARIA JANDYRA CUNHA, do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução do Instituto de Letras da Universidade de Brasília para, sob a coordenação do primeiro, desenvolver as ações necessárias à elaboração de um teste padronizado de português para estrangeiros (SESU, 1993).

Tal iniciativa tornou-se um marco para a implementação de ações legais em prol da propagação e disseminação da língua portuguesa como política linguística, já que com a criação e publicação desta portaria, concretizariam tais ações legais. Na mesma portaria em seu Art. 22 o senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, atual Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto foi categórico em restringir o prazo de 180 dias para que a Comissão concluísse seus trabalhos.

Seguindo, em 26 de dezembro de 1999, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto por meio da portaria de nº 1.787 e considerando o Parecer nº 484189 solicita a conclusão da padronização do teste de Língua

Portuguesa para Estrangeiros a partir do qual objetivou expedir um Certificado de Proficiência em Língua Estrangeira – CELPE-Bras em dois níveis (Parcial ou Permanente) conforme é apresentado na Portaria mencionada.

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições, considerando: - o Parecer nº 484189, do então Conselho Federal de Educação, homologado em 01 de outubro de 1992; - a conclusão da padronização do teste de Língua Portuguesa para Estrangeiros, apresentado pela Comissão Permanente constituída pelo art. 1 da Portaria 0 500 de 07 de abril de 1994, resolve: Art. 1 Instituir Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros CELPE-BRAS, a ser conferido em dois níveis P.Irctai - Fnmro Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa. Pleno - Segundo Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa, Art. 2º O Certificado será obtido pelos candidatos estrangeiros aprovados no Exame CELPE-BRAS aplicado por instituições, no Brasil e no Exterior, credenciada pelo Ministério da Educação e do Desporto. Art. 3º O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiro, será expedido mediante o resultado da mensuração efetuada pelas instituições devidamente credenciadas e terá validade em todo o território nacional características: Art. 4º Poderio prestar o Exame CELPE-BRAS os estrangeiros ctt- as seguintes - escolaridade mínima equivalente ao ensino fundamental; e - idade mínima de 16 anos (MEC, 1994).

Com a padronização do CELPE-Bras os imigrantes, agora, poderiam certificar-se para comprovação de proficiência em Língua Portuguesa. O que representou um significativo aumento das possibilidades de ascensão não só profissional e educacional, mas sim o direito de ter seu espaço, enquanto imigrante, respeitado linguisticamente e ser abraçado por todos os direitos como cidadão.

Após este feito, o Ministério da Educação e Desporto reforça por meio da Portaria de nº 643, de 1º de julho de 1998, em seu Art. 3º que a certificação do exame de proficiência em língua portuguesa passaria a ser expedido pelo SESU mediante resultado do exame e com validade em todo o território nacional. Logo após, também é publicada, em 09 de julho de 1998, a Portaria de nº 693 a qual designou Comissão Técnica e responsabilizou SISU/MEC pela regulamentação, gestão, financiamento, desenvolvimento e avaliação do CELPE-Bras a fim de que houvesse transparência durante todo o processo de avaliação do exame.

Surge, agora, a necessidade de credenciamento de instituições brasileiras e estrangeiras para que realizassem a aplicação e certificação do CELPE-Bras a partir deste momento. Sendo regulamentadas por meio da Portaria nº 1.512, de 30 de setembro de 1999, conforme pode ser lido a seguir

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, (...) resolve: - Art. 12 Credenciar, para efeito de aplicação do -Exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros/CELPE-BRAS, por um período de 02 (dois) anos, além das instituições anteriormente credenciadas, pela Portaria/SESu nº 657, de 20 de maio de 1999, o Centro Universitário FIEO --UNIFIEO, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI e os Centros de Estudos Brasileiros em Bogotá, Paramaribo e La Paz MI. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A partir deste momento o CELPE-Bras ganha ainda mais notoriedade como política linguística e passa a ser impresso como política linguística brasileira que despontava a fim de que a língua portuguesa brasileira recebesse destaque também no cenário nacional e internacional, já que se percebia com mais nitidez onde, quando e quem certificaria o exame.

Destaca-se ainda que, em 16 de maio de 2001, o Conselho Federal de Medicina percebendo a necessidade de médicos estrangeiros em obter o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras.) resolveu certificar oficialmente médicos não brasileiros que trabalhassem no Brasil. Ressaltando ainda no documento que o mesmo deveria ser expedido por uma instituição oficial de ensino, desde que credenciada regularmente.

Outro marco significativo para implementação do CELPE-Bras como política Linguística foi a publicação da Portaria nº 642, de 17 de abril de 2002, que credenciou a Universidade Federal da Amazônia para que pudesse realizar e certificar interessados em participar do exame, possibilitando que muitos estrangeiros que fixaram moradia ou chegassem à região amazônica evitassem se deslocar para o centro-sul do país para obter a certificação de proficiência do CELPE-Bras.

No ano seguinte, também foram credenciadas, a partir do entendimento da Portaria anterior e sob orientação da Comissão Técnica do exame que

instituições de ensino estrangeiras em outros países também pudessem ser habilitadas como postos de aplicação e certificação para o exame, tais como: Santa Fé (Argentina); Barcelona (Espanha); Paris (França) e Quioto (Japão). Destaca-se que anteriormente já se houvera credenciado outros países também: Roma (Itália) e Zurique (Suíça), despontando a língua e a cultura brasileira, mesmo que de forma sutil, pelo globo.

Devido acordos educacionais e culturais firmados entre Brasil e países de origem de imigrantes que chegam ao país para estudar e desenvolvidos pelo Ministério das Relações Exteriores e da Educação, criou-se o Programa de Estudantes-convênio de graduação – PEC-G – com o fim de oportunizar a formação em nível superior a imigrantes, tornou necessário para um melhor controle a normatização e exigência de um parâmetro de fluência em Língua Portuguesa por parte destes imigrantes onde se passou a exigir que candidatos ao PEC-G possuíssem o nível intermediário. Comprovação esta que seria possível apenas por meio do CELPE-Bras naquele momento. Ainda sobre o PEC-G, reitera-se que:

(...) ideia de sua criação adveio da necessidade de um programa do governo que apoiasse estudantes de outros países, cuja presença nas IES brasileiras sofreu expressivo aumento na década de 1960. Segundo o órgão do MRE, fazia-se necessário unificar as condições do intercâmbio estudantil e garantir tratamento semelhante aos estudantes por parte das universidades anfitriãs. (MIRANDA, 2016, p. 31)

Feito este ocorrido dois anos depois, em 2008, por sugestão do Conselho Federal de Medicina e aparado pela Portaria nº 1.831. Segundo a legislação, os médicos estrangeiros de países que não possuem a Língua portuguesa como língua materna, a partir da publicação desta deveria comprovar a sua proficiência em Língua Portuguesa em nível intermediário superior.

Outro marco durante a cronologia do CELPE-Bras foi a publicação da Portaria nº 856 na qual o Ministério da Educação passou a responsabilizar legalmente o Instituto de Pesquisas em Educação "Anísio Teixeira" - INEP - pela elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultados aos candidatos que buscam vagas em instituições de ensino superior brasileiras

públicas, Federais ou particulares sob o compromisso de retornarem aos seus países de origem para contribuírem na área na qual foram formados.

Com a crescente demanda de médicos estrangeiros advindos de outros países e de brasileiros que migram para cursar medicina fora do Brasil e terem a necessidade de validação de diplomas do curso de medicina no país, passou-se também a exigir que os médicos ao realizarem a solicitação para validação de seus diplomas no Brasil que possuíssem domínio da Língua Portuguesa em nível intermediário. Exigência também válida para participação em cursos de especialização e pós-graduação no território brasileiro.

Art. 5º Para a instrução do procedimento previsto no inciso I do art. 1º, é indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, consideradas as condições do requerente, a apresentação de um dos seguintes documentos:

I - certificado de:

- a) proficiência em língua portuguesa para estrangeiros obtido por meio do exame CELPE-Bras, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;
- b) conclusão de curso de educação superior ou pós-graduação, realizado em instituição educacional brasileira, credenciada pelo Ministério da Educação;
- c) aprovação no Exame de Ordem, realizado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; ou
- d) conclusão, com aproveitamento satisfatório, de curso de língua portuguesa direcionado a imigrantes realizado em instituição de educação superior credenciada pelo Ministério da Educação. (DOU, 2020, p. 2)

Com a publicação nº 623, o Ministério da Justiça e Segurança Pública buscou com este procedimento de naturalização, não só reduzir as disparidades de direitos entre o brasileiro, mas também estipular parâmetros que pudessem nortear a regularização documental tanto de imigrantes de outros países quanto de brasileiros que possuíam diplomas expedidos por instituições superiores de ensino que aqui precisavam de comprovação e validação deles.

2.2 A POLÍTICA LINGUÍSTICA NO BRASIL

A posição teórica reúne dois campos de produção de conhecimento: História das Ideias Linguísticas e Análise do Discurso. Ambas situam o

pesquisador entre as Ciências Humanas e Sociais, pois não separam a linguagem da história. São campos de conhecimento que vinculam a produção de sentidos às condições históricas e ideológicas dessa produção. Assim, as políticas linguísticas serão examinadas tendo em vista análises de situações históricas de conflito linguístico que englobam os significados da língua de colonização e da língua nacional.

Em primeiro lugar, uma distinção teórica precisa ser estabelecida: o uso da expressão 'política linguística' (**GUIMARÃES, 2002** e ORLANDI, 2001) como forma de engajamento com as referidas áreas de conhecimento. A 'política linguística' diz respeito a uma forma de conceituar uma 'língua': a linguagem como um objeto político-simbólico que se inscreve em práticas sócio-históricas e inscreve práticas sócio-históricas afetadas pela memória em sua materialidade, que é linguística. Aqui a língua nacional não está dissociada da historicidade da constituição, organização e funcionamento dos Estados Nacionais. No que diz respeito ao campo da História das Ideias Linguísticas, é relevante discutir a produção de discursos que constituem conhecimento tácito ou conhecimento que recebe o status de conhecimento científico sobre as línguas nacionais. Que efeitos em termos de significados esses discursos têm nas políticas de linguagem?

Estudiosos de línguas formulam conhecimentos sobre línguas, representações que podem ser tácitas ou exemplos da produção de conhecimento científico, por meio da elaboração detalhada de descrições, análises, dicionários e gramáticas, bem como a descrição de variedades, as atitudes dos falantes em relação à diversidade e em breve. Essa produção de conhecimento não é a – histórica nem ingênua, e tem a ver com o fato de que, como estudiosos da linguagem, devemos aceitar que qualquer produção de conhecimento sobre uma linguagem decorre de uma posição teórica e tem efeitos políticos sobre o conhecimento produzido. Isso significa afirmar que qualquer posição teórica é uma posição política, pois se inscreve em compartimentalizações epistemológicas, e inscreve o conhecimento produzido dentro de um determinado paradigma.

Dado que este é o caso, nossas posições teóricas são posições políticas: as teorias, mesmo que não explicitem uma posição política, carregam consigo

diferenças que revelam essa posição. Na opinião de Guimarães, a noção de político “está no cerne das relações sociais, não no falar, mas no cerne do funcionamento social e linguístico e tem a ver com os lugares de enunciação, e não com as pessoas empíricas” (**GUIMARÃES, 2002**, p. 15).

Falar de política linguística no que diz respeito à diversidade, desigualdade e diferença é adotar uma posição teórica muito reveladora de uma preocupação particular: as línguas e os sujeitos que as falam estão imbricados nessa diversidade, desigualdade e diferença, mas o funcionamento da diversidade, a desigualdade e a diferença nem sempre são visíveis, no contexto social e histórico geral, para esses sujeitos quando usam a linguagem.

Em termos de Análise do Discurso, usar a linguagem é inscrever-se no funcionamento sócio-histórico, nos processos de produção de sentidos que circulam em relação às linguagens e aos sujeitos, e cuja memória, no jogo paradoxal ou recordação – e – esquecimento, nem sempre está presente de forma perceptível. Essas duas noções – a política da linguagem e a política da linguagem (ORLANDI, 2001, 2009) – marcam situações linguísticas em que o reconhecimento da diversidade linguística muitas vezes apenas silencia a desigualdade e o confronto entre línguas e falantes, silenciando assim as discussões sobre as hierarquizações resultantes.

A seguir, um exemplo disso: por que falamos português no Brasil? Parece uma pergunta direta, mas implica um retorno a um modo de contar a história do Brasil que elimina a diversidade das línguas indígenas, eliminando a realidade histórica e discursiva da colonização linguística (**MARIANI, 2018**). ‘A língua portuguesa’ é uma expressão que oferece outro significado possível para nós brasileiros. Por um lado, estamos perante uma realidade concreta construída e reforçada ao longo de quatro séculos de colonização histórica: a nossa língua nacional é o português. No entanto, quando afirmamos isso, estamos nos submetendo à memória discursiva da colonização (que começou em 1500) e às consequências jurídicas do edito do Marquês de Pombal (aprovado em 1757), como passaremos a discutir.

Por outro lado, desde a Independência da ex-colônia do Brasil (concedida em 1822), e também após alguns acontecimentos, como a

produção de uma gramática portuguesa no Brasil, os movimentos literários romântico e modernista e o surgimento da linguística como disciplina, o termo língua portuguesa também levou a outros processos de significação: os significados retornam, mas quando o fazem, eles se deslocam e muitas vezes assumem a forma de novos significados. Em outras palavras, como não é possível romper com as injunções históricas da colonização e, ao mesmo tempo, como a língua portuguesa na travessia do Atlântico foi marcada por uma historicidade diferente, estabeleceu-se uma diferença: falamos português brasileiro, falamos brasileiro.

Para os teóricos, estudiosos das línguas, além de reconhecê-las, a defesa da diversidade linguística é efetivamente uma forma de eliminar as desigualdades historicamente construídas? O que realmente implica o reconhecimento das diferenças? Em primeiro lugar, trata-se de criticar a suposta homogeneidade de uma língua.

Deste ponto de vista, o reconhecimento de que a homogeneidade linguística de uma língua nacional é uma ficção não implica necessariamente uma crítica às desigualdades que tal ficção impõe. Esta é uma discussão política que precisa ser levada adiante em contextos onde a imposição de políticas linguísticas nacionais está sendo abordada.

Se o termo língua portuguesa preserva a memória da colonização e a ideia de língua como uma espécie de herança portuguesa intocável, designar a língua falada como português do Brasil ou como língua brasileira faz emergir significados que se afastam da história oficial e permitem aflorar a heterogeneidade histórico-linguística da formação da língua nacional. O nome da língua é, portanto, uma questão de política linguística e política de Estado.

3 METODOLOGIA

Ao nos propormos a realizar uma pesquisa de cunho científico, sempre se faz necessário. A priori, definirmos que tipo de pesquisa lançaremos mão durante a coleta de dados, buscando com isso, vislumbrar qual delas melhor atende às necessidades do projeto pensado previamente a fim de que o pesquisador possa atingir o objetivo de sua investigação.

Existem inúmeros tipos de pesquisas que podem atender à necessidade tanto dos pesquisadores quanto da pesquisa a ser executada, embora cada um deles apresentem características próprias que melhor atendam ao objetivo que se propõe a investigação e ao objetivo proposto pelo pesquisador.

Minayo (1993, p.23), por exemplo, define a pesquisa como uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Para Silva (2000) a pesquisa ressalta que é o indicador do caminho que o pesquisador adotará para a realização de seu estudo, possibilitando a outros estudiosos a comprovação dos resultados, posteriormente apresentados, bem como a replicação do estudo em diferentes contextos ou áreas.

Já para Paiva (2019) com base em Walliman (2011, p.7) ao buscar um conceito geral para pesquisa, este diz que

Pesquisa é um termo muito geral para uma atividade que envolve descobrir, de forma mais ou menos sistemática coisas que você não sabia. Uma interpretação mais acadêmica é que pesquisa envolve descobrir coisas que ninguém mais conhecia. É fazer avançar as fronteiras do conhecimento. (WALLIMAN, 2011, p.7)

Destas, a definição que me parece mais pertinente é a exposta pelos autores Paiva e Walliman, não menosprezando os demais, já que também compartilho da ideia de que uma pesquisa é sempre uma descoberta nova onde se agrega conhecimento sobre este algo novo, buscando levar às pessoas conhecimentos que até então não haviam sido absorvidos ou descobertos.

Ainda se tratando de pesquisa, podemos mencionar que podem ser classificadas quanto ao método adotado para realizá-la. Sendo: experimental; quase-experimental; pré-experimental; pesquisa bibliográfica; estudo de caso; pesquisa-ação; etnográfica; narrativa e teoria fundamentada, as quais serão conceituadas abaixo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do que foi discutido, pode-se afirmar que existem documentos oficiais (da ONU e da UNESCO), em princípio, que defendem a diversidade linguística, mas na prática a desigualdade é restabelecida: “todas as línguas são aceitas como línguas de trabalho, mas as línguas oficiais são...”. Outra situação que ilustra o reconhecimento da diversidade, mas que mantém a desigualdade, são as políticas bilíngues que na sua maioria existem apenas em documentos, mas não são efetivadas na prática. Sabe-se que há crianças, jovens e adultos de outras nacionalidades e até mesmo naturalizados brasileiros que não têm a garantia de uma educação bilíngue nas escolas ou universidades onde estão vinculados.

Percebe-se que propor políticas linguísticas possibilitam não apenas a disseminação do português brasileiros para além do território, mas também deve propor mecanismos de valorização das diferenças entre falantes natos e inatos que se submetem à realização do CELPE-Bras a fim de eliminar as lacunas e distanciamentos inter, extra e transcultural existentes ao se depararem com o português brasileiro.

É notório que políticas linguísticas bem consolidadas proporcionam não só o contato do estrangeiro com o nosso idioma, mas o integra a nossa realidade cultura, proporcionando-lhe uma verdadeira imersão no idioma alvo. O que só se torna possível com políticas linguísticas efetivas e consolidadas, já que muitos estrangeiros não se identificam com a linguagem padronizada que é ensinada nas escolas, a variedade oficial, linguisticamente normativa, considerada difícil, abstrata e distante de seu cotidiano.

Sendo assim, o CELPE-Bras assume papel de suma importância neste difícil ato de conectar as políticas linguísticas para disseminação do português brasileiro aos estrangeiros e /ou naturalizados que buscam uma certificação de proficiência em língua portuguesa a fim de os conectarem não só com o idioma, mas também com as possibilidades econômicas e sociais das quais necessitam para ascenderem pessoal e educacionalmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observado nesta pesquisa, a discussão sobre políticas linguísticas voltadas para além do CELPE-Bras ainda são tímidas e necessitam ser implementadas com mais frequência, já que ele ganhou proporções gigantescas como mecanismo de disseminação da língua portuguesa do Brasil. Fato este que pode ser evidenciado pela proporção de candidatos que realizam o exame anualmente.

Pode-se afirmar que a Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros representa não apenas uma política linguística que deu certo, mas também um retrato nítido dos múltiplos sentidos e representações de brasilidades refletidas aos olhos dos estrangeiros que buscam no exame tanto uma certificação quanto um conhecimento mais profundo do povo brasileiro. Ressaltando, assim, seus hábitos culturais, aspectos sociais, fatores linguísticos/semânticos como partes insubstituíveis de um todo.

Observou-se ainda que o CELPE-Bras se vale dos aspectos sociais, culturais e linguísticos a fim de que possa destacar a representação da brasilidade como elementos que a certificam enquanto uma imagem de ser brasileiros. Importante mencionar também que ações afirmativas de políticas linguísticas para disseminação da língua portuguesa do Brasil, somada a representação da brasilidade por meio do CELPE-Bras amplificam a força de exportação da língua portuguesa do Brasil.

Somado a isso, percebeu-se também que são muitas as questões que podem ser analisadas a partir da CELPE-Bras como mecanismo de disseminação do português brasileiro, como por exemplo, a preocupação em se pensar um exame de proficiências com textos que ao mesmo tempo possam retratar a ação social e serem pedagógicos também. O que nos remete a Marcuschi (2008), ao mencionar que a língua se dá em função das atividades de uma sociedade e é por meio de textos ou gêneros que interagimos, pois eles estão intimamente ligados ao fator cultural e à linguagem.

Sendo assim, o CELPE-Bras como mecanismo de disseminação do português brasileiro representa um meio de sanar as inquietações e curiosidades sobre que ferramenta de propagação do português brasileiro deve ser utilizada e como alicerçar o processo de ensino-aprendizagem para

aqueles que se submetem ao exame a fim de que pesquisadores e professores de Português como língua adicional (PLA) vejam-no como uma bússola para pensar e repensar atividades de interpretação junto a falantes de outros idiomas.

REFERÊNCIAS

BORBA, F. da S. **Introdução aos estudos lingüísticos**. 12. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1998.

L. S. **Introdução à linguística**. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

CITELLI, A. O. “O ensino de linguagem verbal” em torno do planejamento. In: MARTINS, M. H. (Org.) **Questões de linguagem** . 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

LEITE, L. C. M. **Gramática e literatura: desencontros e esperanças**. In: GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997.

LOPES, E. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1979.

ORLANDI, E. P. **O que é lingüística**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROULET, E. **Teorias lingüísticas, gramáticas e ensino de línguas**. São Paulo: Pioneira, 1972.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. Tradução de CHELINI, A. & PAES, J. P. & BLIKSTEIN, I. São Paulo: Cultrix, 1969.

AGOSSA, Mahulikplimi Obed Brice. **O exame Celpe-Bras como instrumento de divulgação da cultura brasileira**: percepções de candidatos. Dissertação

de Mestrado em Estudos da Linguagem. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET/MG, 2017.

ALMEIDA, Laura Camila Braz de. **O efeito retroativo do Celpe-Bras no ensino de língua portuguesa para estrangeiros.** Anais do SIELP, Uberlândia, v. 2, n. 1., 2012.

AGOSSA, Mahulikplimi Obed Brice. **O exame Celpe-Bras como instrumento de divulgação da cultura brasileira:** percepções de candidatos. Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET/MG, 2017.

ALBUQUERQUE, Mariana Lyra Varela de. **A brasilidade no exame de proficiência CELPE-BRAS:** uma análise dos elementos provocadores 2015/1. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras Português e Inglês. Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2015.

AZEREDO, Luciana Aparecida Silva de. Exames de proficiência em língua estrangeira pela ótica discursivo-desconstrutivista. In: **Caminhos em Linguística Aplicada**, v. 8, n. 1, p. 145-167, 2013.

AZEREDO, Luciana Aparecida Silva de. **Certificado de proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros:** entre o ser e o dever-ser. Janus, Lorena, ano 6, n. 15, jan./jul. 2012.

BARROS, Jaqueline Silva; DIAS, Romar Souza e; SANTOS, Marcelo Sousa. **CELPE-BRAS:** Certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros em foco: descrição e análise. Olhares Plurais, 2(15), 49-62, 2016.

BIZON, Ana Cecília Cossi. **Narrando o exame Celpe-Bras e o convênio PEC-G:** a construção de territorialidades em tempos de internacionalização. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2013.

BORGES, Sabrina Jesus. **O processo avaliativo na Interação face a face do exame Celpe-Bras e sua relação com os elementos provocadores.** Dissertação de Mestrado em Estudo de Linguagens. Universidade do Estado da Bahia, UNEB, 2016.

BOTTURA, Eleonora Bambozzi. **Exame Celpe-Bras:** uma investigação sobre o papel do entrevistador na interação face a face. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, 2014.

BUCK, Elis Marina de Andrade. **Material didático preparatório para CELPE-BRAS:** uma análise das competências de leitura e escrita. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, 2010.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Documento base do exame Celpe-Bras [recurso eletrônico]**. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

CÂNDIDO, Marcela Dezotti. **Avaliação da interação face a face no exame Celpe-Bras**: as características dos elementos provocadores e a atuação dos examinadores-interlocutores. Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2015.

CÂNDIDO, Marcela Dezotti. **Avaliação de habilidades integradas**: um estudo sobre o Celpe-Bras. Anais do Congresso Internacional da SIPLE, 2013, Salvador. Vidas em português - Políticas multilaterais para o ensino e a formação em PLE/PL2. Salvador: Célia Maria Soares Athayde ... [et al.], 2013.

CIELO, Betânia Monteiro. **Português como língua estrangeira**: um estudo em representações sociais com os candidatos ao CELPE-Bras. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, 2014.

CIELO, Betânia Monteiro. **CELPE-Bras, o preparo para a proficiência**. Collatio (USP), v. 13, p. 23-30, 2012.

CIELO, Betânia Monteiro. **Representações da língua portuguesa entre candidatos ao Celpe-Bras**. Anais do XV Congresso Metodista de Iniciação e Produção Científica - XIV Seminário de Extensão - IX Seminário PIBIC/UMESP, 2012, São Bernardo do Campo, 2012.

COSTA, Everton Vargas. **Efeitos retroativos do exame Celpe-Bras nas práticas de formação dos professores de um instituto brasileiro no exterior**. BELT - Brazilian English Language Teaching Journal, v.9, n. 1, p. 190-206, 2018.

DALLA VECCHIA, Adriana; MENEGASSI, R. J. . **Condições de produção em comandos de escrita do exame CELPE-BRAS**. Raído, v. 11, p. 109-124, 2017.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret; PORDEUS, Isis Rodrigues. **OS ENUNCIADOS DE TAREFAS INTEGRADAS DE LEITURA E ESCRITA DO EXAME CELPE-BRAS**. Revista Inventário, Dossiê Temático 1, Salvador, p. 65 - p. 78, 2021.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Os exames oficiais de proficiência em português do Brasil e de Portugal**. Revista Em Aberto - INEP, v. 32, p. 133-146, 2019.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret; SCAMARAMUCI, Matilde; SCHLATTER, Margarete; JÚDICE, Norimar. **A avaliação de proficiência em português língua estrangeira**: o Exame CELPE-Bras. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v.3, n .1, 153-184, 2003.

DIAS, Ana Luiza Krüger; PINTO, Joana Plaza. **Ideologias linguísticas e regimes de testes de língua para migrantes no Brasil**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada [online]. 2017, vol.17, n.1, pp.61-81.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. **Políticas uni/bi/multilaterais de certificação de proficiência em português**: uma análise do certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros (Celpe-Bras). In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (Org.). O exame de proficiência Celpe-Bras em foco. Campinas: Pontes Editores, p. 15-36, 2014.

DINIZ, Leandro Rodrigo Alves. **Política linguística do Estado brasileiro para a divulgação do português em países de língua oficial espanhola**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n(51.2), p.435-458, jul./dez. 2012.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Mercado de línguas: **A instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira**. Dissertação de Mestrado em Letras. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2008.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves; ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. **Política linguística no MERCOSUL**: o caso do certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros (Celpe-Bras). In: HORA, Demerval da (Org.). Língua(s) e Povos: Unidade e Diversidade. João Pessoa: Ideia, 2006. p. 150-156.

DIONÍSIO, Cynthia Israelly Barbalho. **O exame Celpe-Bras**: mecanismo de política linguística para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, 2017.

DORIGON, Thomás. **O Celpe-Bras como Instrumento de Política Linguística**: um Mediador entre Propósitos e Materializações. Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2016.

EVERS, Aline; WILKENS, Rodrigo. **Classificação de proficiência em língua adicional no português**: um estudo para a determinação de índices diferenciadores. Anais do IX Encontro Nacional de Inteligência Artificial - ENIA, 2012, Curitiba, 2012. v. IX.

FERNANDES, Fabiana Perpétua Ferreira.; ALVAREZ, I. J. ; MACHADO, Tania R. M. **O Celpe-bras como instrumento norteador do ensino de português língua estrangeira**. Revista Querubim, v. Ano 5, p. 42-50, 2009.

FERRAZ, Andrea; PINHEIRO, Isabel Mendes. **O desafio pós Celpe-Bras**: relações entre o exame e o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação. In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (Org.). O exame de proficiência Celpe-Bras em foco. Campinas: Pontes Editores, 2014.

FERREIRA, Aline Simo. **As Instituições de Ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua e o CELPE-Bras**. Trabalho de Conclusão de Curso

de Especialização em Planejamento Educacional e Políticas Públicas. AVM Faculdade Integrada, 2013.

FERREIRA, Laura Márcia Luiza. **Avaliação da proficiência oral**: atividades de pós-leitura de listas e gráficos no exame Celpe-Bras. In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (Org.). **O exame de proficiência Celpe-Bras em foco**. Campinas: Pontes Editores, p. 111-130, 2014.

LARRIEU, Mariana. **Proficiencia en portugués lengua extranjera el cambio de paradigma que originó el Celpe-Bras**. Revista Puertas Abiertas, n.12, 2017.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 4. ed. SP: Atlas, 1996.

BRASIL. O exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras): referencial teórico, níveis de proficiência e impactos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Ministério da Educação (MEC), em preparação.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Manual do Examinando do Exame Celpe-Bras. Brasília, DF, 2015.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Guia do Participante: Tarefas Comentadas que Compõem a Edição de abril de 2013 do Exame. Brasília, DF, 2013.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. O gênero textual "carta do leitor" no exame Celpe-Bras. In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (Org.). **O exame de proficiência Celpe-Bras em foco**. Campinas: Pontes Editores, p. 151-165, 2014.

MENDEL, Kaiane. **Exame Celpe-Bras: uma análise das tarefas da Parte Escrita. Trabalho apresentado como comunicação oral e pôster no XVIII Salão de Iniciação Científica da UFRGS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

NAGASAWA, Ellen Yurika. Elaboração e análise de sequência didática de leitura e produção textual para preparação ao Exame Celpe-Bras. **Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Letras**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

NAGASAWA, Ellen Yurika; SCHOFFEN, Juliana Roquele. Análises e estatísticas sobre a construção e a disponibilização pública do Acervo Celpe-Bras. **Anais do Fórum da Faculdade Porto-Alegrense**, Porto Alegre: Fórum FAPA, 2016, p. 131-144.

RODRIGUES, Meirélen Salviano Almeida. O exame Celpe-Bras: Reflexões teóricas para o professor de português para falantes de outras línguas. **Dissertação de Mestrado em Letras**. Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SCHLATTER, Margarete. **Celpe-Bras: avaliação, ensino e formação de professores de português como língua adicional**. 2014. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/um-pouco-de-historia>> Acesso em: 14 de maio de 2017.

_____. CELPE-BRAS: Certificado de Língua Portuguesa para Estrangeiros – Breve Histórico. In: CUNHA, Maria Jandyra; SANTOS, Percília (Orgs.). **Ensino e pesquisa em português para estrangeiros**. Brasília: Editora da UnB, p. 97-104, 1999.

SCHLATTER, Margarete; SCARAMUCCI, Matilde. V. R., PRATI, Silvia, ACUÑA, Leonor. Celpe-Bras e Celu: impactos da construção de parâmetros comuns de avaliação de proficiência em português e em espanhol. In: FONTANA, Mónica Zoppi (org.) **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: RG Editora, 2009.

SCHOFFEN, Juliana Roquele. Gêneros do discurso e parâmetros de avaliação de proficiência em português como língua estrangeira no exame Celpe-Bras. **Tese de Doutorado em Linguística Aplicada**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SCHOFFEN, Juliana Roquele; MARTINS, Alexandre Ferreira. **Políticas linguísticas e definição de parâmetros para o ensino de português como língua adicional: perspectivas portuguesa e brasileira**. ReVEL, v. 14, n. 26, p. 271-306, 2016.

SCHOFFEN, Juliana, GOMES, Maíra, SCHLATTER, Margarete. Tarefas de leitura e produção de texto com base na noção bakhtiniana de gêneros do discurso. In: SILVA, K. A, e TORRES, D. (orgs.). **Português como língua (inter)nacional: faces e interfaces**. Campinas: Pontes, 2013.